

Futebol no Brasil: o uso do fenômeno de massa pela ditadura civil-militar brasileira

Football in Brazil: the use of mass phenomenon by the Brazilian civil-military dictatorship

HIGOR DE ASSIS SOUSA

Discente de História (UNIPAM)

E-mail: higorassis@unipam.edu.br

MARCOS ANTÔNIO CAIXETA RASSI

Professor orientador (UNIPAM)

E-mail: rassi@unipam.edu.br

Resumo: O futebol no Brasil é um fenômeno popular que chegou ao país no fim do século XIX, praticado primeiramente pela alta sociedade, logo alcançando as massas populares. A Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que tomou o governo em 31 de março de 1964 para impedir uma “ameaça comunista” no Brasil, utilizou esse fenômeno como propaganda em seus anos de governo. Esta pesquisa, de natureza bibliográfica, buscou analisar como o governo autoritário utilizou esse fenômeno e como isso atingiu a sociedade brasileira. Procurou-se descrever o período e seus acontecimentos, abordando a resistência presente nesses anos, representada por personalidades e organizações dentro do futebol.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar Brasileira; futebol; propaganda; resistência.

Abstract: Football in Brazil is a popular phenomenon that arrived in the country at the end of the 19th century, initially practiced by the upper class and later embraced by the masses. The Civil-Military Dictatorship (1964-1985), which took over the government on March 31, 1964, to prevent a “communist threat” in Brazil, utilized this phenomenon as propaganda during its years in power. This bibliographic research aimed to analyze how the authoritarian government exploited this phenomenon and its impact on Brazilian society. The period and its events were described, addressing the resistance present during those years, represented by individuals and organizations within football.

Keywords: Brazilian Civil-Military Dictatorship; football; propaganda; resistance.

1 INTRODUÇÃO

O futebol ganha espaço no Brasil ao fim do século XIX, trazido por imigrantes britânicos. Seu primeiro marco ocorreu em 1895, quando trabalhadores da companhia de gás do Rio de Janeiro enfrentaram os portuários santistas. Aquele que é considerado o pai do futebol no país é Charles Miller, que, ao fazer uma viagem para estudar na Inglaterra, volta com bolas de futebol e um livro de regras. De acordo com Santos (2015), as elites brasileiras logo adotaram o esporte como uma forma de distinção em relação à

população pobre, mas com o tempo ela ganha popularidade e atinge também as camadas mais pobres. Em 1914, é criada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), hoje denominada Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Na década de 1920, ocorreu uma maior organização do futebol, com mais profissionalismo e com a criação de campeonatos estaduais e nacionais.

A década de 20 e 30 foram épocas de glória para o futebol brasileiro. Épocas estas que foram o marco da popularização do esporte, e quando deu seus primeiros passos para a profissionalização. O alastramento do futebol começou com a disputa entre o amadorismo (elite) e o profissionalismo (operários). Na época, os abastados lutaram para que o esporte permanecesse como atividade de entretenimento, apenas para eles, enquanto negros e classe baixa ficavam de fora. Porém, não tiveram forças suficientes e nem mesmo poder de controlar a expansão do futebol (CELI, 2014, p. 22).

Durante as décadas de 1930 e 1940, o futebol brasileiro atingiu o nível de paixão nacional e alcançou grande sucesso internacional, incluindo o título da Copa do Mundo de 1958. Quatro anos depois, veio o bicampeonato mundial na Copa do Mundo de 1962. Seguindo por esse caminho, na política brasileira ocorriam problemas que levaram ao golpe civil-militar em 1964, golpe que, por sua vez, foi estimulado por motivos políticos – as elites insatisfeitas com o governo e os militares deram um golpe no governo brasileiro. O futebol nesse período passa a ser usado como ferramenta de propaganda e controle, com influência até mesmo dentro da CBF, antiga CBD. O triunfo na Copa do Mundo de 1970, no México, sob liderança de Pelé e Carlos Alberto Torres, consolidou o Brasil no cenário do esporte mundial.

Esta pesquisa teve como objetivo geral fazer análise do futebol como ferramenta de propaganda e controle social durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). Os objetivos específicos buscaram compreender como se deu esse uso pelo regime civil-militar, revelar as estratégias de manipulação da imagem futebolística e como isso atingiu a sociedade tanto socialmente como culturalmente, além de discorrer sobre as dissidências e sua participação dentro do futebol nesse período. Partindo disso, foi apresentada a seguinte questão problema: “Como a Ditadura Civil-Militar brasileira usou o futebol como instrumento de controle social e propaganda política durante seu período de governo?”.

Examinar o uso do futebol na Ditadura Civil-Militar brasileira é essencial, pois reflete uma paixão nacional que molda a cultura e identidade. Empregado para propaganda e controle social, o esporte legitimou o regime e silenciou dissidências. A relevância desse estudo refere-se à importância de explorar o papel do futebol nesse contexto histórico, compreendendo seu impacto como instrumento de poder. A análise dessa exploração esportiva oferece valiosas perspectivas sobre as interações entre cultura, esporte e poder, enriquecendo a compreensão das dinâmicas históricas e sociais.

Utilizou-se como metodologia neste trabalho a pesquisa bibliográfica e webgráfica, utilizando do tratamento dos dados de forma descritiva e explicativa. A

reflexão metodológica foi realizada após a leitura minuciosa e qualitativa das obras referenciadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O futebol no Brasil é um tema de grande importância histórica e social. A partir do materialismo histórico-dialético, que pode ser usado para analisar cultural, econômica e socialmente uma sociedade, pode-se examinar a história do futebol no Brasil como uma manifestação da cultura popular que está relacionada às transformações sociais e políticas do país ao longo dos anos.

O futebol como uma prática complexa, constituída historicamente no desenvolvimento dialético da sociedade, desde seus primórdios nos apresenta um jogo como produto social, produto das relações estabelecidas entre os homens no seio da dinâmica social. (Silva, 2011, p. 48).

2.1 O FUTEBOL E A DITADURA: UM JOGO NAS ENTRELINHAS

No ano de 1964, acontece no Brasil uma mudança histórica, os militares tomam o poder e instauram uma Ditadura Civil-Militar na nação. Esse momento foi marcado por uma série de acontecimentos que tiveram impacto duradouro na sociedade brasileira. No entanto, é importante sublinhar que, durante esse período árduo, o governo ditatorial não só assumiu o controle político, mas também utilizou estratégias manipulativas e de propaganda, recorrendo muitas vezes a expressões populares como o futebol para legitimar as suas ações. Nesse contexto, o governo ditatorial explorou a expressividade popular desse esporte de forma a servir seus interesses criando uma nova conjuntura para a sociedade brasileira, cenário este que era desafiador.

Em março de 1964, com forte apoio de parte da sociedade civil, os militares depuseram o Presidente João Goulart e instauraram, por meio de um golpe de Estado, um novo regime que durou 21 anos. Numa linguagem futebolística, foram cinco Copas do Mundo, uma delas selando o tricampeonato. Uma das primeiras medidas no campo esportivo foi o cancelamento por parte da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) de um amistoso contra a União Soviética, uma tentativa do governo anterior de uma aproximação diplomática através do esporte, o que não interessava aos militares (MAGALHÃES, 2011, p. 2).

O futebol é um esporte que tem um grande apelo social, passando assim das quatro linhas do campo em que é praticado. Ele é capaz de mobilizar a paixão das torcidas e, por conta disso, pode ser utilizado como uma ferramenta política. De fato, o futebol é capaz de influenciar o mecanismo social em diversos aspectos. “O futebol é um

campo fértil para a produção de mitos e lendas na vida nacional. Esse esporte, no Brasil, tem peso equivalente ao de uma religião oficial” (GUTERMAN, 2006, p. 9).

Durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, o futebol foi utilizado como instrumento político para transmitir ideias nacionalistas e para fortalecer o regime militar. Além disso, o futebol também serviu como meio de controle social; as torcidas organizadas eram vigiadas e perseguidas pelos órgãos de segurança do Estado.

Durante os anos de chumbo da Ditadura Civil-Militar, o futebol continuou a ser um importante meio de manifestação cultural, mesmo com as restrições impostas pelo governo. Os jogos de futebol eram usados como forma de distração e como uma forma de resistência cultural e política, já que as torcidas organizadas eram um espaço de engajamento popular.

Sendo o futebol uma área vasta de possibilidades dentro e fora do campo, agita o coração da torcida, assim pode ser usado como arma política, afinal este esporte pode infectar o mecanismo social. Por isso ao falhar na copa de 1966, o governo ditatorial ligou um alerta maior ao futebol.

O fracasso na Copa do Mundo de 1966, na Inglaterra, aonde o Brasil chegou como franco favoritismo, fez com que o governo militar intercedesse na Confederação Brasileira de Desportos. O SNI investigou possibilidades de boicote dentro da seleção. Foi cogitada até a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os motivos da pífia campanha da seleção. Os militares começam a atuar na parte estrutural da seleção (SANTOS, 2018, p. 3).

Costa e Silva assumiu a presidência da República em 1967 e foi durante o seu governo que a relação entre ele e João Havelange, presidente da CBD em 1958, se fortaleceu de forma notável, especialmente em 1968. Costa e Silva se tornou o primeiro presidente da República a colaborar de maneira mais significativa com Havelange e a CBD, o que teve repercussões importantes no cenário esportivo brasileiro.

A parceria entre essas duas figuras alcançou um marco notável em 1967, quando o governo brasileiro elaborou um Plano Nacional para o esporte. Costa e Silva teve a ideia de utilizar recursos lotéricos provenientes da recém-criada Loteria Esportiva para financiar um plano esportivo nacional. É importante ressaltar que o nome completo desse plano era Plano de Ação Nacional de Educação Física, Esporte e Lazer. Tal plano tinha como ideia refletir o compromisso governamental em avançar no desenvolvimento dos esportes e das atividades físicas, e o capital presente nas loterias desempenhariam um papel considerável nesse financiamento.

A Loteria Esportiva acabou sendo instituída já ao fim do governo Costa e Silva, em 27 de maio de 1969, no decreto-lei n. 594. A regulamentação veio em janeiro de 1970, já com Médici no governo, através do Decreto n. 66.118. Tendo seu primeiro concurso em abril daquele ano, a Loteria Esportiva durou até 2002, quando foi extinta, e

substituída pela Loteca, vigente até os dias atuais (LOPES, 2019, p. 31).

Além disso, é notável que essa relação estreita entre Havelange e o governo não se limitou apenas ao período de Costa e Silva (1967-1969), mas também se estendeu ao seu sucessor, Emílio Médici (1969-1974). Médici, da mesma forma que seu antecessor, era um entusiasta do futebol e se envolveu diretamente na formulação de políticas e diretrizes para o esporte no país.

Observando-se esse cenário, fica evidente o que ocorreria nos anos subsequentes, com um aumento do controle da ditadura sobre o futebol. Esse controle se tornaria mais evidente durante o governo de Médici, refletindo o compromisso contínuo das autoridades em utilizar o esporte, e o futebol em particular, como uma ferramenta para promover sua agenda e consolidar seu poder durante o período do regime militar no Brasil.

O futebol é um campo fértil para a produção de mitos e lendas na vida nacional. Uma dessas histórias ainda viceja, com aparência de verdade incontestável: a utilização ardilosa da Copa de 70 pelo regime militar, com o objetivo de encobrir a repressão, marca do governo Médici. Como todo episódio relacionado ao futebol no Brasil, este também é objeto de muitos palpites e pouca consistência historiográfica. No caso específico da Copa de 1970, sobram episódios obscuros, interpretações enviesadas e açodamento ideológico, resultando num quadro que deixa de esclarecer um dos eixos centrais do governo Médici naquela oportunidade: a busca da popularidade que legitimaria o regime de exceção perante os críticos, internos e externos (GUTERMAN, 2012, p. 267).

Antes mesmo da realização da Copa do Mundo de 1970, ocorre a substituição de João Saldanha por Mário Zagallo como treinador da seleção brasileira de futebol, um evento marcante e controverso. Saldanha, criticado por seus resultados e polêmicas, acabou sendo demitido antes da Copa do Mundo. As razões para sua demissão envolvem divergências com a Confederação Brasileira de Desportos e preocupações com sua personalidade forte. Zagallo, conhecido por seu estilo mais equilibrado, assumiu o cargo e levou o Brasil à vitória na Copa do Mundo de 1970. A mudança de treinador é lembrada como um momento decisivo na história do futebol brasileiro.

Guterman (2006) lembra que, após a demissão de Saldanha, Zagallo assumiu a seleção e convocou o jogador Dario, que era supostamente pedido na seleção por Médici, mas Saldanha optava por convocar Dirceu Lopes.

Já de acordo com Stein (2014), a razão para a demissão de João Saldanha como treinador da seleção brasileira vem por meio da ideia de que a Cosena (Comissão Geral de Desportos do Exército, responsável pelo esporte no Brasil) suspeitava que Saldanha estava denunciando o regime e a repressão do governo brasileiro nos países onde a seleção brasileira jogava. João Saldanha, conhecido por sua franqueza e coragem, e sua

aproximação com o Partido Comunista Brasileiro, não tinha medo de fazer declarações políticas e críticas. Após a sua demissão, a seleção passou por um período de militarização, com Mário Zagallo assumindo como treinador, estabelecendo boas relações com os militares. Além disso, o Major-Brigadeiro Jerônimo Bastos tornou-se o chefe de delegação, e assim Roberto Ipiranga Guarany, que estava na lista de torturadores, foi designado como chefe de segurança. Esses eventos destacam a influência política e militar nos bastidores do futebol brasileiro na época.

Pode-se afirmar que, em razão do triunfo na Copa do Mundo de 1970, Médici, seu governo e o partido político da situação, a ARENA, ganharam força, afinal o sentimento de vitória uniu em comunhão o povo, restringindo assim todo o sentimento de revolta que se poderia ter no coração da população, afinal aquele governo foi o governo do tricampeonato, aquele que deu a tão sonhada taça ao Brasil.

Conforme Máximo (1999), durante o regime militar, havia apenas dois partidos no Brasil: ARENA (do governo) e MDB (da oposição dominada); passada a Copa do Mundo realizada no México, Brasília intervém na CBD (hoje CBF). Logo, João Havelange é forçado a renunciar ao cargo de presidente, e o nomeado ao cargo é o almirante Heleno de Barros Nunes, que não por acaso era presidente da ARENA Fluminense.

Somando tudo isso ao fato de Médici não ser somente um homem que usava o futebol como publicidade, mas também um torcedor, um indivíduo fanático por futebol, um homem que ouvia os jogos no rádio, ao vencer a Copa, o ditador era visto enrolado na bandeira nacional, fazendo embaixadinhas, o que indicava sua proximidade com o futebol. No seu governo, ministros importantes tratavam de dar visibilidade a tal fato, fazendo uma relação de Médici como um homem comum, um brasileiro patriótico.

Durante esse período, os meios de comunicação de massa, como a televisão, desempenharam um papel central na promoção do nacionalismo e na construção de uma narrativa que reforçava o regime. Isso ilustra como a transmissão das formas simbólicas do futebol se tornou cada vez mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias midiáticas, moldando a percepção e a utilização desse esporte como instrumento de controle e propaganda durante a ditadura.

Uma vez que se tenha presente esse processo, pode-se entender a importância que Thompson credits ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, bem como a oportunidade do seu conceito de mediação da cultura moderna: 'o processo geral através do qual a transmissão das formas simbólicas se tornou sempre mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia' (COSTA, 2010, p. 144).

No campo da publicidade, jornais de importância assumiram uma aparência favorável ao governo Médici, mas cabe salientar que nem sempre havia uma intromissão do governo nas publicações.

O Cruzeiro, Placar, Manchete e O Pasquim também dedicaram significativo espaço à conquista do mundial. As capas de Manchete, Placar e O Cruzeiro trataram a

conquista do título como motivo principal das edições referentes à final. O jogo decisivo ficou até mesmo em segundo plano em algumas ocasiões. O destaque principal era o tricampeonato mundial e simbolizava o êxito da seleção e do futebol brasileiro. (Marczal, 2011, p. 247).

Tudo isso demonstra como a mídia foi uma aliada importante do governo autoritário, porém muitas vezes esses veículos de mídia eram obrigados a fazer essa propaganda do regime, afinal num regime assim não existia uma verdadeira liberdade de expressão.

2.2 O PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DENTRO DO FUTEBOL

O discurso de unidade nacional sempre esteve presente no regime militar. “A ideia de uma integração das regiões de um país do tamanho do Brasil era um dos objetivos de Médici e demais governantes da época, e foi no futebol que os militares viram um caminho para fomentar isso” (JORGE; CASTILHO, 2020).

Continuando nessa prática governamental por ordem de Médici, a Confederação Brasileira de Desportos passa a interferir de forma mais extrema na estrutura do futebol no país, tudo isso em benefício de manter seu poder e expandi-lo, passando assim a organizar o campeonato brasileiro de futebol.

Seguindo a mesma linha do projeto de integração nacional, a CBD passou a organizar o campeonato brasileiro de 1971. Dentro dessa crescente do futebol brasileiro, a conquista do tricampeonato teve um papel fundamental. É neste momento que o regime militar expande, em benefício próprio, os resultados do futebol em sua própria máquina de propaganda (SANTOS, 2015, p. 60).

Em sua primeira edição, o campeão nacional foi o Clube Atlético Mineiro; nos anos seguintes aquela competição ganhou espaço no coração do público, crescendo e envolvendo clubes de todas as regiões.

Ao final de 1970, o tricampeonato mundial do Brasil e o apoio do regime militar levaram a CBD a preparar um novo campeonato, o Campeonato Brasileiro. Dava-se mais um passo para a tão sonhada integração nacional (DRUMOND, 2014).

Durante a Ditadura Civil-Militar, o governo exercia um controle considerável sobre o Campeonato Brasileiro e outras competições esportivas. Isso incluía a nomeação de dirigentes alinhados com o regime para cargos importantes em clubes, federações e até mesmo na CBF. Essa interferência política visava alinhar o esporte com a ideologia

do regime e garantir que o futebol fosse uma ferramenta de propaganda para promover os valores e a imagem que o governo desejava transmitir.

Eles buscaram aprimorar a popularidade do governo por meio da construção de enormes estádios de futebol em regiões onde o esporte não tinha grande tradição. Entre 1972 e 1975, foram erguidos pelo menos trinta estádios, e ao longo de todo o período da Ditadura Civil-Militar, 22 foram reformados. Segundo Stein (2014), os resultados dessa iniciativa foram diversos, com alguns desses estádios imensos se tornando “elefantes brancos”, ou seja, instalações grandiosas que atualmente encontram-se praticamente sem uso.

Segundo Nascimento (2018), um indicativo significativo da relação entre o regime ditatorial e o esporte é a integração de atores que ocupavam cargos na gestão pública e em Federações e entidades desportivas. No Estado de São Paulo, exemplos notáveis incluem Laudo Natel, que liderou o São Paulo Futebol Clube durante a construção do estádio do Morumbi e posteriormente tornou-se Vice-Governador e Governador do Estado; José Maria Marin, que serviu como deputado estadual pela Arena, sendo indicado governador pelo regime militar e, no mesmo ano, assumiu a presidência da Federação Paulista de Futebol. Por fim, Wadih Helu, um arenista que atuou como deputado estadual, presidente do Sport Club Corinthians Paulista e secretário de Estado durante o governo de Paulo Maluf. Essas conexões ilustram a estreita relação entre o poder político e o esporte nesse período.

2.3 RESISTÊNCIA E CRÍTICAS NOS CAMPOS E ARQUIBANCADAS

A luta contra a ditadura existia, até mesmo uma luta armada – nesta cita-se como grande exemplo Carlos Marighela, aquele que era considerado o inimigo número um da famigerada ditadura, e no futebol não era diferente. No campo havia jogadores que não só lutavam com seus adversários e rivais de outros times, mas também levantavam a luta contra a ditadura. “A resistência do futebol brasileiro à ditadura nasce apoiada em dois alicerces: A) o primeiro alicerce são os jogadores. Craques da bola que honraram o seu lado na história. B) o segundo alicerce são as torcidas” (FAGUNDES, 2019, *online*).

Qualquer forma de manifestação política contrária ao regime era estritamente proibida. Os torcedores eram monitorados de perto, e aqueles que desafiavam o regime dentro dos estádios eram frequentemente perseguidos e presos. Isso resultou em uma cultura de silêncio e aceitação no futebol – jogadores, clubes e torcedores evitavam qualquer tipo de posicionamento político, mas essas manifestações foram aumentando com o passar do tempo e a população começou a entender cada vez mais o que estava acontecendo em seu meio.

Uma das primeiras mostras de críticas ao regime foi do jogador Afonsinho, do Botafogo. Além de jogador era também estudante de medicina e fazia parte da militância estudantil. O assassinato do estudante Edson Luís Souto, pelo regime militar, fez com que Afonsinho se envolvesse mais com a militância, participando de movimentos

estudantis. Chegou até cogitar a participação na luta armada na Guerrilha do Araguaia. Dentro de campo ficou marcado, no ano de 1971, por lutar pelos direitos dos jogadores no que se referia a pagamento de salários e premiações, que quase sempre atrasavam, e a estrutura militarizada e hierarquizada dos clubes que não permitiam cobranças aos dirigentes. Teve também problemas com o técnico Zagalo, pois o mesmo criticava seu visual considerado subversivo, devido a barba e cabelos compridos (SANTOS, 2015, p. 62).

Naquela época, Reinaldo, um ídolo histórico do Atlético Mineiro, desempenhava o papel principal no time e era amplamente reconhecido por sua marca registrada, que consistia na comemoração com os braços erguidos e os punhos inspirados pelo movimento Panteras Negras. Essa icônica celebração simbolizava não apenas sua destreza no campo, mas também sua conexão com a luta pelos direitos civis e a justiça social, tornando-o um jogador admirado tanto por suas habilidades esportivas quanto por seu compromisso com valores mais amplos.

Eu simplesmente usava minha tribuna como pessoa pública para chamar atenção. Usava meu gesto como propaganda da necessidade de democracia. Dava uma entrevista ou outra, mas nunca fui uma pessoa engajada, de participar dos movimentos. Minha atividade era jogar bola”, conta Reinaldo à Trivela (STEIN, 2018, *online*).

A tese “A bola e o chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira” (CHAIM, 2014) aborda a importância do futebol como uma manifestação cultural e política durante a Ditadura Civil-Militar. O autor destaca o papel das torcidas organizadas como um espaço de mobilização popular e de resistência ao regime militar.

Ao chegar nos anos de 1980, pode-se ver ainda mais a revolta com a ditadura, assim surge o movimento *Diretas Já* e vemos mais uma vez o futebol com uma ferramenta, mas no caso uma grande ferramenta contra o governo autoritário que dominava o país – como um grande símbolo temos a Democracia Corinthiana, do Sport Club Corinthians Paulista, cujo movimento consistia na ideia de que todas as decisões do clube no campo do futebol deveriam ser votadas antecipadamente, para que todos os participantes, dirigentes, atletas ou auxiliares tivessem direito de voto. Talvez esse fato não soe assim tão importante, mas o vestiário e o dirigente de futebol tinham o mesmo significado na Democracia Corinthiana, suas opiniões tinham o mesmo valor decisório.

A Democracia Corinthiana foi um movimento da década de 1980 surgido no interior do clube Sport Club Corinthians, que não só extrapolou o vestiário e chegou às arquibancadas, como ganhou voz e apoio na sociedade paulista e brasileira. No conjunto das campanhas pelas *Diretas Já!* a Democracia ganha um novo propósito: lutar

pela democracia não só no futebol, mas através do voto. A memória desse movimento se encontra presente até hoje, seja no meio do futebol, ou fora dele (ACCORSI *et al.*, 2019, p. 1).

Com a criação do movimento e parceria com o *Diretas Já* e a participação de alguns jogadores como Sócrates, um dos membros mais dedicados dessa equipe que requisitava o voto direto, protestos pró-redemocratização cresceram no Brasil. Sócrates com sua dedicação chegou até mesmo a prometer que só deixaria o Corinthians para atuar fora se a Emenda Dante de Oliveira não fosse aprovada.

Embora aprovada pela maioria da população na época, a emenda foi reprovada em votação no Congresso. Então, Sócrates se transferiu para a Fiorentina, da Itália, e a Democracia Corinthiana foi perdendo força. Os maus resultados do time em campo, a criação do Clube dos 13 e outras mudanças no elenco minaram o movimento. A derrota de Adilson Monteiro Alves nas eleições do clube em 1985 selou o fim do período dentro do clube (DEMOCRACIA CORINTHIANA..., 2020, *online*).

Então se o ano de 1985 marca o fim da Democracia Corinthiana, também marca para a nação brasileira um acontecimento importante: seria o fim da Ditadura Civil-Militar que completava 21 anos, iniciando então o período que seria chamado de “Nova República”.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em uma abordagem webgráfica e bibliográfica. Os objetivos da pesquisa foram definidos no início do estudo, visando compreender o papel do futebol durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, com uma abordagem tanto descritiva quanto explicativa.

Primeiramente, foram selecionadas fontes de dados relevantes, incluindo sites, artigos, dissertações e teses acadêmicas, arquivos de notícias e outras fontes *online* que tratavam da relação entre futebol e Ditadura Civil-Militar no contexto brasileiro, seguida da coleta de dados descritivos por meio de uma pesquisa aprofundada de fontes selecionadas. Essas informações incluíam informações históricas sobre acontecimentos relacionados ao futebol durante a Ditadura Civil-Militar e incluíam jogos, competições, jogadores, construção de estádios e envolvimento político, entre outros.

Para a análise explicativa foram utilizadas as técnicas de interpretação e contextualização dos dados coletados, que possibilitam um estudo mais aprofundado das relações de causa-efeito entre o futebol e o contexto político da época, que combinado com o materialismo histórico-dialético, deu uma nova visão para toda a sociedade. O objetivo foi descobrir os motivos das interações entre esses dois elementos. A metodologia adotada proporcionou uma abordagem abrangente e rigorosa ao estudo do papel do futebol durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, combinando a coleta de

dados descritivos com uma análise mais profunda e explicativa, contribuindo para uma compreensão completa desse importante período da história brasileira.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 O FUTEBOL COMO ÓPIO DO POVO: UMA ANÁLISE DO HOMEM CORDIAL, DAS INFLUÊNCIAS POLÍTICA, CULTURAL E MIDIÁTICA NO BRASIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

A expressão “pão e circo” é frequentemente usada para descrever como certos governos podem usar estratégias para distrair o público de preocupações reais, como corrupção, injustiças, problemas econômicos e outras questões políticas significativas, usando de benefícios mais superficiais para manter o controle ou simplesmente evitar que o público questione ou se envolva em questões políticas mais importantes.

Contudo, principalmente quando uma Copa do Mundo se aproxima, é inevitável a pessoa afirmar ser o futebol uma diversão alienante, servindo para obscurecer a atenção do povo dos seus problemas fundamentais, funcionando como parte do tradicional binômio romano *panes et circences* (“pão e circo”) (SHIKIDA; SHIKIDA, 2006, p. 50).

A expressão “ópio do povo” faz alusão a uma metáfora da droga – o ópio é um entorpecente com efeitos analgésicos e sedativos. A partir disso, a expressão pode ser usada metaforicamente para descrever eventos ou instituições, podendo anestesiar e ludibriar a população dos problemas vividos, tirando-a da realidade e jogando-a numa espécie de fuga. No caso, a ideia original fala da religião, mas outros eventos também podem ser usados, tais como cinema e música. É uma forma como uma expressão cultural pode ser usada como uma droga viciante que controla pessoas e ocasiona uma sensação de bem-estar, na qual não haveria um problema.

Salienta-se que essas expressões culturais proporcionam uma fuga às tensões e desafios diários que as pessoas enfrentam ao longo dos anos. Tornam-se uma espécie de refúgio ou consolo. Sendo assim, a ideia do ópio do povo nada mais é que uma droga social – essa droga pode ser o futebol.

Segundo Damatta (1982), quem realmente sabe o papel do futebol brasileiro é a camada dominante (que o utiliza como ópio do povo) e os críticos da sociedade. A população geral permanece em uma profunda camada escura de desinformação, incapaz de perceber a realidade. Ainda segundo ele, todos os “ópios” são atividades de fácil acesso e realização, diferente do trabalho e das guerras.

De acordo com Guterman (2006), o futebol na sociedade brasileira tem o mesmo valor de uma religião. Para Marx (2010), a religião é como um ópio do povo por ser um suspiro de um ser oprimido, sendo o ânimo em mundo sem coração. Logo, considerando a enorme importância do futebol como uma forma de peso similar à de uma religião no

meio social brasileiro, o uso da expressão popular de massa pela ditadura civil-militar brasileira torna-se ainda mais óbvio e justificado.

Holanda (1995), defende a tese do “homem cordial”, que seria a forma de o brasileiro ser, sendo hospitaleiro e generoso. Holanda diz que o brasileiro não faz isso por obrigação ou por educação e sim por uma expressão que legitima um fundo emocional. Para o “homem cordial” viver em sociedade deveria haver uma libertação do medo de ter que se conviver consigo mesmo, dando assim uma grande valorização a relações próximas e íntimas. Seguindo essa ideia, Wisnik (2008) defende a ideia de no futebol ter um herói familiarizado, o qual é visto tanto como uma figura pública com papel relevante na sociedade, quanto como alguém que mantém sua vida privada acessível ao público, gerando proximidade com as pessoas.

Considerando essas ideias do pão e circo, do ópio do povo, do homem cordial, bem como a forma como as pessoas querem se sentir parte da sociedade, os jogadores de futebol podem ser vistos como heróis, então faz sentido o governo usar a paixão pelo futebol no Brasil e propagar isso pela mídia. Conforme Thompson (2000), os meios de comunicação de massa são fundamentais como canais de propagação e de circulação das formas simbólicas, exatamente por isso os meios midiáticos aliados ao futebol poderiam fazer uma ótima divulgação do governo. A mídia muitas vezes promoveu não o futebol em si, mas o governo; o vencedor não foi a seleção nacional, mas o poder que governava na época e, portanto, comandava também a seleção brasileira.

Ao longo dos anos, o governo ditatorial estipulou os Atos Institucionais, decretos que tinham peso constitucional, legalizando uma série de diretrizes indicadas pelo Executivo brasileiro para a implementação da Ditadura Civil-Militar. Os atos institucionais de 1 a 4 foram estipulados no governo do Governo Castelo Branco (1964-1967), e o mais famoso deles o AI-5 foi estipulado em 1968 no governo de Costa e Silva (1967-1969). Esse ato endurecia mais o regime. “O AI-5 jogou o país na escuridão, sem data para acabar. Foi o chamado “golpe dentro do golpe”, e aquilo que era para ser apenas “exceção”, como tortura e prisões arbitrárias, passou a ser a norma do regime” (Guterman, 2009, p. 158).

A partir disso, podemos ver uma nova forma do governo de oprimir a população e de espalhar sua ideologia ao povo. O governo decidiu abordar um novo tipo de propaganda, criando assim a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) em janeiro de 1968, com o intuito de espalhar sua publicidade pela nação e também de afastar as ideias comunistas da mente popular.

A mão do Estado militarizado e opressor, portanto, estendeu-se sobre a sociedade brasileira através de diferentes estratégias. Além da institucionalização do golpe, a dominação ideológica também teve um importante papel. Esta, inclusive, podia ser explicada como um contra ataque aos “comunistas” e suas táticas abstratas e perigosas de conquistar as “mentes do povo”. Tal procedimento expressou-se de diversas maneiras e a propaganda foi um dos importantes meios de ação. Institucionalmente, foi com a criação da Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas), em janeiro de 1968, que o

governo iniciou suas pretensões e objetivos publicitários (ALMEIDA, 2013, p. 22).

No governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) aconteceu o chamado “milagre econômico”. Entre os anos de 1969 e 1973, aconteceu um crescimento de 9,8% ao ano para 14% ao ano no PIB brasileiro, e a inflação caiu de 19,46% para 15,6%. Além de tudo, outras ações do governo contribuíram para o crescimento econômico e a movimentação financeira, como a diminuição de gastos públicos e a emissão de papel-moeda. Relacionando-se isso ao futebol, esse milagre econômico permitiu uma maior divulgação dos feitos da seleção pela mídia então crescente.

O governo Médici, diante do milagre econômico, contou com um aparato propagandístico decorrente do avanço das telecomunicações e as possibilidades de consumo de aparelhos televisivos. Em 1960, o índice de residências urbanas que possuíam televisão era de 9,5% e chegou a 40% em 1970. Os slogans e propagandas do Governo Médici divulgavam a imagem de um país como potência através de mensagens como “Ninguém segura este país”, mas igualmente foram associadas às perspectivas de vitória da Seleção Brasileira em 1970 por meio da canção “Pra Frente Brasil” (SCHATZ, 2014, p. 9).

Segundo Marczal (2013), com a chamada “O caneco é nosso” estampando sua capa, a revista “O Cruzeiro”, de 30 de junho de 1970, anunciava a última vitória do esporte de maior destaque do país. Para a publicação, “o caneco” era o troféu das competições de Copa do Mundo, até então a taça Jules Rimet (usada pela última vez na copa de 1970). Essa taça representava mais que a conquista de um simples troféu, mas sim uma conquista da nação brasileira, uma verdadeira vitória nacional.

Ainda de acordo com Marczal (2013), com o fim da competição, os veículos de comunicação fizeram variadas análises sobre o futebol e o desempenho da seleção brasileira na copa, ao mesmo tempo em que as qualidades dos jogadores e o planejamento da Comissão Técnica foram destacadas e enaltecidas. Todavia, a comoção popular prevalecia – o envolvimento passional era acompanhado pela imprensa de forma próxima. Passados as comemorações da vitória, o cenário social do país retornava à causa principal, de modo que grande parte dos artigos posteriores ao mundial repercutiam o tricampeonato de forma a analisar o contexto sociopolítico brasileiro.

Nesse meio de mídia, podemos ainda apontar a literatura. Nisso temos Nelson Rodrigues, dramaturgo e cronista de futebol. Ele era um anticomunista ferrenho que pregava palavras contra a esquerda e fazia elogios que podiam servir como uma propaganda ao regime civil-militar brasileiro.

Nelson compreendia o governo a partir de uma perspectiva que defendia que embora houvesse um Estado autoritário, esse regime atuava de modo defensivo. As perdas de algumas liberdades seriam necessárias para

mantê-las futuramente. O indivíduo e suas liberdades corriam risco diante do terrorismo que se expandia com as esquerdas. Estas não viam restrições e muito menos punições para os seus atos. Ignorando-se o autoritarismo do regime, Nelson coloca que é a partir do “terror” provocado pelas esquerdas no Brasil, que sabemos das liberdades concedidas pelo Estado, que, segundo ele, não as tratava com punição, afinal, como argumentava nas crônicas, era um país que respeitava o indivíduo (MACHADO, 2014, p. 62).

Nelson Rodrigues Filho, em entrevista de 2003, relembra como fazia parte do movimento estudantil desde 1968. Na época nem se podia distribuir um panfleto sem uma retaguarda armada, pois podia ser preso e torturado. No ano de 1972, ele é preso e ficaria na prisão por 7 anos até 1979. Ele então lembra que, por ser filho de Nelson Rodrigues, tomava-se um maior cuidado com o que acontecia com ele, porque qualquer coisa que acontecesse, por ele ser filho de quem era, poderia gerar uma grande repercussão. Além disso, lembra que, apesar de ideologias e pensamentos distintos, ele e seu pai nunca tiveram uma má relação. Apesar de Nelson Rodrigues ser um apoiador da ditadura, ele ainda respeitava as ideologias de esquerda de seu filho; eles discutiam, mas se respeitavam. Portanto, talvez, mesmo sendo apoiador do regime, Nelson não era a favor por concordar com tudo, mas sim por seu medo do fantasma comunista.

4.2 A DISSIDÊNCIA DENTRO DO FUTEBOL

Apesar de o futebol realmente ter sido usado como objeto de propagação política em favor do governo autoritário da Ditadura Civil-Militar, como nos outros aspectos culturais (cinema, música e religião), dentro de campo, nas arenas e no futebol, existia também uma resistência: jogadores, torcedores e membros da sociedade futebolística se expressavam contra o regime presente no Brasil, ou seja, enquanto o futebol servia como uma forma de promoção do governo, esse mesmo futebol se tornou um palco onde vozes dissidentes e contestadoras encontravam jeitos de se manifestar contra o governo.

O governo perseguia quem era contrário ao seu regime. De acordo com Resende (2019), na perseguição rigorosa a esses dissidentes, nos olhos do regime civil-militar, era necessário um controle rigoroso da sociedade civil, logo o setor de inteligência da ditadura foi se articulando desde o começo do regime e com o passar do tempo se desenvolveu e consolidou a ideologia de segurança nacional e de um Estado com uma estrutura a partir de uma legalidade autoritária. Ainda segundo ele, alguns jogadores de futebol como Afonsinho e Reinaldo foram dignos de receber atenção do governo. O Sistema Nacional de Informações (SNI) se movimentou, configurando-se a promover uma vigilância constante das vidas deles.

O futebol durante a época desse regime passava por mudanças. Começava uma valorização de um modelo de futebol com destaque para a intensidade física e a disciplina, modelo esse que se alinhava com a ideia militar. O jogador Afonsinho tinha características mais cerebrais e com seu estilo, um homem cabeludo e barbudo, não se

encaixava nesse modelo. Sendo assim ele desafiou as normas, resultando no seu afastamento do Botafogo, seu time na época. Esse fato destacou a falta de liberdade individual dentro do mundo futebolístico.

Nesse contexto de exaltação do futebol-força, permeado por disciplina e vigilância, Afonsinho começava a jogar como profissional no Botafogo do Rio de Janeiro. Suas características como futebolista destoavam das previstas pelo novo modelo de esporte defendido naquele momento. Relativamente franzino fisicamente e tecnicamente cerebral, era um meio campo do tipo que pensava o jogo, nem sempre objetivo em suas jogadas, característica que afetava diretamente o dinamismo desse futebol que se pretendia moderno, cuja velocidade era um de seus trunfos. Esse modelo de futebol disciplinar, portanto, afetava as diferentes formas de liberdades, individuais e coletivas. A autonomia do jogador era diretamente atingida por esse projeto, a criatividade, que havia sido a marca do futebol-arte brasileiro bicampeão mundial, deveria ser controlada em prol de um ordenamento tático pragmático (LÁZARO; MATOS, 2020, p. 13).

O rei do Atlético Mineiro Reinaldo, jovem que se destacava no futebol brasileiro, artilheiro do campeonato brasileiro de 1977, segundo Lázaro e Matos (2020), a cada gol marcado trazia uma manifestação política que fora pensada intencionalmente: a cada gol Reinaldo erguia seu punho, fazendo um gesto característico dos Panteras Negras. Ernesto Geisel, como presidente de 1974 a 1979, prometeu que, de forma “lenta, gradual e segura”, ocorreria a redemocratização. No entanto, não se via tanto isso, e no futebol ainda se tinha uma militarização; portanto Reinaldo ganhando espaço com seu jeito de protestar era uma forma de contraponto ao governo.

No artigo “A esquerda contra-ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978)”, o autor Couto (2010) fala que tais gestos de Reinaldo provocavam uma enorme polêmica, até mesmo ao ponto do almirante Heleno Nunes, presidente da CBD, naquele momento, cogitar o corte do atacante da Copa do Mundo na Argentina em 1978 – o que se tornou um debate nacional, afinal um jogador deveria expressar suas posições políticas. Esses fatos geraram descontentamento no público que mandava cartas para rádios e TVs em defesa de Reinaldo, perguntando por que ele não podia ter uma opinião, o que culminou em sua volta à seleção. Ainda segundo Couto (2010), o ano de 1978 marca uma grande disputa entre ARENA e MDB, com o avanço da oposição representada pelo MDB, o que já demonstrava um certo esgotamento político do regime.

Analisando isso, podemos ver que jogadores se manifestavam contra o regime. Apesar de o governo ter controle do futebol, não eram todas as pessoas que abaixavam a cabeça e obedeciam sem questionar. Havia indivíduos que lutavam por seus direitos e contra a censura e demonstravam um pensamento crítico em relação ao que acontecia na sociedade daquele tempo. A resistência contra os ditadores era presente.

Seguindo isso, temos movimentos também obviamente nas torcidas, e não somente o movimento mais conhecido, a Democracia Corinthiana, mas também outros, inclusive do Flamengo. “Menos conhecida que a versão corinthiana, uma pioneira organizada flamenguista também entrou na campanha pela redemocratização nos anos 80”. (Sartori, 2019, *online*).

Esses movimentos das torcidas espelhavam muito o que se acontecia pelo Brasil –, protestos pela volta da democracia, e a população estava cansada dos mandos e desmandos da ditadura e buscava sua liberdade. O movimento das *Diretas Já* era crescente no Brasil, manifestações aconteciam. De acordo com Wilkson e Lisboa (2021), poucos podiam saber, mas torcidas organizadas também participavam dos protestos. Os autores destacam o movimento da torcida corinthiana que tinha grandes nomes como o jornalista Juca Kfoury e os jogadores Sócrates e Casagrande, entre outros.

O movimento da Democracia Corinthiana é provavelmente o movimento mais conhecido dentro do futebol quando se trata da luta contra a ditadura. Martins e Reis (2013) citam que esse movimento, data de março de 1981 até março de 1985, na gestão presidente do clube, Waldemar Pires, foi um movimento interno por meio do qual se estabeleceu uma gestão menos autoritária, tornando possível a participação de jogadores em tomadas de decisão. Além disso, ficou conhecida a participação externa de jogadores no movimento das *Diretas Já* – tal iniciativa do Esporte Clube Corinthians Paulista ajudava numa maior conscientização política de seus membros.

Em oposição ao período ditatorial, o clube afirma que no Corinthians o povo sempre foi soberano, e endossa a campanha que incentivava a obtenção do título de eleitor entre os jovens de 16 a 18 anos recomendando que votassem no dia 02 de outubro (AZEVEDO; TSUTSUI; MARQUES; 2023, p. 178).

De acordo com Farias (2019), o Corinthians, em 1982, passava por problemas dentro de campo com derrotas consecutivas e com crises em sua política interna. Em seguida, em 1983, houve um desentendimento entre os jogadores graças à contratação do goleiro Leão, que foi contratado sem a consulta da maioria, o que enfraquecia a noção de democracia dentro do elenco. Ocorre também uma disputa eleitoral entre a chapa da Democracia Corinthiana e Vicente Matheus, sendo que a primeira chapa simbolizava uma abertura política no Brasil; nesse mesmo ano houve a troca de técnicos, mas no fim o clube consegue o título paulista de 1983, ressaltando mais uma vez a importância do movimento.

O movimento corinthiano, como já dito, conversava diretamente com a democracia e com as *Diretas Já*. Ainda hoje podemos ver o tamanho que esse movimento teve – torcedores, jogadores, todos envolvidos. Talvez o maior símbolo desse movimento tenha sido o jogador Sócrates, craque daquele Corinthians, jogador da seleção e apoiador da democracia – homem inteligente que não desistia de lutar contra o regime e dizer o que pensava, um craque de bola e um craque no pensamento. Silva (2020) aborda que Sócrates, ao apoiar o movimento democrático, apoiava a Emenda Dante de Oliveira, cujo objetivo era propor as eleições diretas; assim, o jogador promete ir jogar na Itália caso

ela falhe (ele tinha proposta da Fiorentina). No entanto, os deputados do Partido Democrático Social (PDS) não aprovaram a emenda; logo Sócrates cumpre sua promessa e se transfere para a Fiorentina. Seu jogo de despedida no Brasil foi organizado por membros do PDS, uma clara demonstração de uma vitória deles em relação a Sócrates e pessoas com ideais equivalentes aos seus.

Ainda segundo Silva (2020), a Democracia Corinthiana enfrentou seu golpe final no período em questão com a derrota nas eleições para presidente do Corinthians em 1985. A chapa liderada por Adilson Monteiro Alves, candidato a presidente, perdeu para a chapa que apresentou Roberto Pasqua como candidato à presidência. Essa chapa recebeu apoio de figuras como Wadih Helu, deputado estadual do PDS, Vicente Matheus, que havia perdido nas eleições anteriores, Rogê Ferreira, que foi candidato a governador de São Paulo pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Boaventura Faria, associado ao movimento Brasil Esperança de Paulo Maluf, e o vereador Zé Maria, ex-jogador do Corinthians e conselheiro eleito pela chapa Democracia Corinthiana. Isso significa que muitos dos apoiadores de Roberto Pasqua estavam ligados à estrutura do regime militar que estava se desmantelando em 1985. Alguns mudaram de lado, deixando de apoiar uma estrutura democrática para apoiar o que lhes era mais conveniente naquele momento, assim como apoiaram anteriormente a Democracia Corinthiana. Essa derrota nas eleições do Corinthians simbolizou o fim desse movimento democrático no clube.

Vale lembrar também que, apesar de o futebol ser usado pela ditadura, era usado o masculino, pois o feminino era proibido no Brasil. Graças ao conservadorismo, várias práticas eram proibidas às mulheres, muitos direitos eram proibidos a elas. Segundo Goellner (2021), no final da década de 1970 e início dos anos 1980, um certo otimismo no contexto nacional surgiu: a ditadura chegava a seus últimos suspiros com movimentos sociais em crescimento e as pautas feministas reivindicavam seus direitos sendo. O futebol não passou despercebido, entrando assim nessa pauta.

No ano de 1982, uma partida de futebol entre seleções de mulheres de São Paulo e Rio de Janeiro como parte de uma programação de um festival teve como objeto pressionar as instituições a regulamentarem o futebol feminino no Brasil. Segundo Silva (2015), esse festival foi organizado pela atriz Ruth Escobar, destacando o evento de encerramento que seria uma partida de futebol feminino entre as seleções paulista e carioca no estádio do Morumbi como preliminar de um jogo entre Corinthians e São Paulo. De acordo com uma entrevista com Rose Rios, capitã da seleção carioca, houve tentativas de impedir tal jogo, com telegrama do Conselho Nacional de Desportos (CND), em que se determinava que o jogo não poderia acontecer. Ainda segundo Rose, jogadores como Biro-Biro, Casagrande e Sócrates, líderes da Democracia Corinthiana saíram em defesa do evento, afirmando que não jogariam caso o jogo feminino não fosse realizado.

Graças a essas demonstrações em setores de futebol citadas, pode-se ver que o esporte teve um papel fundamental também na resistência. Nota-se o impacto que o futebol pode ter no âmbito social, como tal fenômeno cultural de massa pode ser usado para a luta pelos direitos humanos dos cidadãos. Apesar dos desafios da época, o futebol teve seu papel de conscientização popular, e muitos jogadores, como símbolos importantes, expressavam-se sem medo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura Civil-Militar brasileira usou o futebol como um instrumento de controle social e propaganda política de diversas maneiras ao longo do seu período de governo. O futebol é um fenômeno social amplamente popular que evoca sentimentos no povo; era usado para afastar o público do entendimento do que acontecia na época, distanciando esse público dos problemas sociais e políticos daqueles anos, mantendo-os alheios aos problemas vividos. Utilizando dessa paixão, do simbolismo do futebol, o regime usou a capacidade de atrair as massas desse esporte para atrair o povo e fazer propaganda.

A análise demonstrou que, apesar disso, o futebol também foi espaço de resistência, já que torcedores, jogadores, jornalistas de esporte e certos membros de diretoria de clubes se manifestavam contra o governo e mostram-se favoráveis à luta feminista pelos seus direitos. Todos desafiavam as normas e se mostravam contrários ao regime autoritário. Assim sendo, o futebol demonstra sua complexidade na sociedade brasileira daquela época, e a paixão pelo esporte podia ser usada tanto para sustentar o regime, como para desafiá-lo.

Segundo Santos (2015), é imperativo analisar o futebol compreendendo a quem ele beneficia e o seu papel na sociedade. Na perspectiva do autor, o futebol deve ser considerado um elemento cultural de grande importância, devido a sua trajetória histórica, e às possibilidades futuras. Pode-se assim acreditar numa sociedade em que o futebol não seja utilizado para mascarar questões fundamentais, mas reconhecê-lo como somente um canal de felicidade para o povo.

A pesquisa encontrou como desafios a falta de maiores detalhes sobre o uso do futebol em certas instâncias do Brasil durante o regime e sobre a complexidade das reações de figuras importantes em relação ao regime do período. Afinal, muitas vezes, algumas personalidades não expressavam suas opiniões acerca dos fatos, preferindo se manter neutras, ambivalentes ou somente desinformadas. Portanto, seria necessário se aprofundar mais em tal tema. Este estudo evidenciou o uso do futebol pela Ditadura Civil-Militar, destacando-se o uso dele por esse regime: propaganda em favor do regime, considerando sua capacidade servir como espaço de resistência.

O estudo destacou como o futebol tem impacto na sociedade brasileira e como faz parte do dia a dia dos cidadãos de todas as classes, servindo como um mobilizador social. Pesquisadores com interesse nas interações desse esporte, sociedade e política ou até mesmo aqueles que investigam períodos autoritários, podem se beneficiar de trabalhos como este, usando como uma base para investigações futuras.

REFERÊNCIAS

ACCORSI, A. C.; TAVARES, G. F.; SOUZA, M. G. DE; PESSANHA, N. F. Indiretamente pelas diretas: a democracia corintiana no Conjunto das Manifestações pelas Diretas Já!. **Revista Cantareira**, Niterói, n. 27, p. 32-44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27974>.

ALMEIDA, G. K. de. **Futebol, imprensa alternativa e ditadura**: a Copa do Mundo de 1974 nas páginas do Jornal Opinião. 2013. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90187>.

AZEVEDO, N.; TSUTSUI, A. L. N.; MARQUES, J. C. Time do povo, de luta e liberdade: as construções simbólicas do Sport Club Corinthians Paulista potencializadas pela Democracia Corinthiana. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, Sergipe, v. 25, n. 1, p. 165-182, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54786/revistaepic.v25i1.18481>.

CELLI, B. R. **Futebol**: lógicas identitárias na pós-modernidade. 2014. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Jornalismo Esportivo), Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8080>.

CHAIM, A. R. M. **A bola e o chumbo**: futebol e política nos anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), humbo: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2014.tde-02042014-095412>.

COSTA, A. F. D. THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, 427 p. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 143-147, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/4421>.

COUTO, E. de F. A esquerda contra-ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978). **Recorde**: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/744>.

DAMATTA, R. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. *In*: DAMATTA, R. *et al.* **Universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/damattauniversoaula.pdf>.

DRUMOND, M. **O início do campeonato brasileiro de futebol e a ditadura**: apontamentos iniciais. Disponível em: <https://historiadosporte.wordpress.com/2014/05/06/o-inicio-do-campeonato-brasileiro-defutebol-e-a-ditadura-apontamentos-iniciais/>.

DEMOCRACIA CORINTHIANA: entenda o que foi e como se organizou o movimento contra a ditadura. Globo Esporte, 2020. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/ultimasnoticias-corinthians-democracia-corinthiana-movimento-contra-ditadura.ghtml>.

FAGUNDES, L. **Ditadura militar e o futebol brasileiro**. Porto Alegre: 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/04/23/ditadura-militar-e-o-futebolbrasileiro/>.

FARIAS, G. J. de A. **O esporte como ferramenta de contestação e mobilização social e política: a Democracia Corinthiana (1981-1985) e o apoio ao movimento popular "Diretas Já"**. 2019. 86 f. Monografia (Licenciatura em História), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ludopedio.org.br/wpcontent/uploads/Monografia_Gabriel-Assis-Farias.pdf.

RODRIGUES FILHO, N. **Só fiquei vivo por causa do meu pai**. Agenda Bafafá, 2021. Disponível em: <https://bafafa.com.br/mais-coisas/entrevistas/nelson-rodrigues-filho-so-fiquei-vivo-por-causa-do-meu-pai>.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, p. e27001, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.110157>.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2009.

GUTERMAN, M. Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo**, v. 29, n. 01, p. 267-279, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9958>.

GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil: o caso da Copa de 70**. São Paulo. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12935>.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. 14. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4078134/mod_resource/content/1/Raizes%20do%20Brasil%2C%20cap%204%2C5%2C6.pdf.

JORGE, A.; CASTILHO, F. **Instrumentalização de campo: futebol, estrutura e poder pós-64**. In: SEMINÁRIO DISCENTE DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2020, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2020. p. 01-22.

LÁZARO, J. P. P. M.; MATOS, R. C. A. Rebelia em Revista: João Saldanha, Afonso e Reinaldo nas Páginas de Placar. **Placar**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 01-28, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/35492>.

LOPES, L. S. As interferências e interlocuções de Castelo Branco no futebol e os precedentes para a militarização do futebol brasileiro. **Cantareira**, Niterói, n. 31, p. 23-33, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40265>.

MACHADO, C. B. Cenas de um anticomunista: as representações das esquerdas brasileiras em Nelson Rodrigues (1967-1974). **Revista Escritas**, Palmas, v. 6, n. 1, p. 44-65, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1427>.

MAGALHÃES, L. G. Futebol em tempos de ditadura civil-militar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 01-16. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300850798_ARQUIVO_MagalhaesLiviaANPUH2011.pdf.

MARCZAL, E. S. “O caneco é nosso”: futebol, política e imprensa entre os anos 1969 e 1970. 2011. 351 f. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/26466>.

MARCZAL, E. S. Sobre a unidade em torno de um caneco: futebol, política e imprensa na vitória “brasileira” na Copa do Mundo de 1970. **Record**: Revista de História do Esporte, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 01-27, 2013. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/dad58c080db9ddab3f7e8e716860acd6/1?pqorigsite=gscholar&cbl=51649>.

MARTINS, M. Z.; REIS, H. H. B. dos. Significados de democracia para os sujeitos da democracia corinthiana. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 81-101, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.39331>.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. Supervisão e notas de Marcelo Backes. 2. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: <https://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Marx,%20Karl/Critica%20da%20Filosofia%20do%20Direito%20de%20Hegel.pdf>.

MÁXIMO, J. Memórias do futebol brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 179-188, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000300009>.

NASCIMENTO, F. O. Política de esportes durante a ditadura militar: educação física, moral e cívica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 18., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2018. p. 01-10. Disponível em:

https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529339330_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf.

RESENDE, P. D. L. **Vigiar é punir**: uma leitura histórico-jurídica das manifestações contestatórias e das respectivas investigações dos futebolistas Afonsinho e Reinaldo na ditadura civil-militar (1970-1980). 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoPedroLoboResende.pdf>.

RIOS, R. **Entrevista com Rose Rios**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XPNXyfCkoHk>.

SANTOS, H. L. S. dos. **Política e futebol**: a origem do esporte e sua utilização como ferramenta para legitimar os governos autoritários no Brasil. 2015. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/10929>.

SANTOS, J. V. de S. Pra frente Brasil! A relação entre o futebol e a ditadura militar no governo Médici (1969-1974), e a repercussão na Bahia, de acordo com o jornal a tarde. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2018, Ilhéus. **Anais [...]**. Ilhéus: ANPUH, 2018. p. 01-11. Disponível em: [https://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1532386338_ARQUIVO_Jonat asViniciusSouzadosSantos](https://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1532386338_ARQUIVO_Jonat%20asViniciusSouzadosSantos).

SARTORI, C. **Democracia rubro-negra**: quando a torcida do Flamengo gritou Diretas Já. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/democracia-rubro-negra-quando-a-torcida-do-flamengo-gritou-diretas-ja/>.

SCHATZ, P. V. O Brasil em campo: relações entre futebol, política e economia através da análise do jornal folha de São Paulo (1964-1970). **CaderNAU**, São Lourenço do Sul, v. 6, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/4764>.

SHIKIDA, C. D.; SHIKIDA, P. F. A. É o futebol o ópio do povo? Uma abordagem econômica. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 7, n. 1, 2006.

SILVA, André Xavier da. **História do futebol no Brasil**: uma análise a partir do materialismo histórico dialético. 2011. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em: https://www.uel.br/cefe/demh/portal/pages/arquivos/TCC/2011/Andre_Xavier_LEF200_2011.pdf.

SILVA, E. P. da. A década de 1980: política e futebol no cenário da redemocratização brasileira. **Cantareira**, Niterói, n. 31, p. 44-59, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40267>.

STEIN, L. **Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração Nacional.** Trivela, 2014. Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-ofutebolentrou-plano-de-integracao-nacional/>.

STEIN, L. **Cinquenta anos depois, o gesto de Tommie Smith e John Carlos segue simbolizando lutas, inclusive no futebol.** Trivela, 20 de out. 2018. Disponível em: <https://trivela.com.br/mundo/cinquenta-anos-depois-o-gesto-de-tommie-smith-e-john-carlossegue-simbolizando-lutas-inclusive-no-futebol/>. Acesso em: 23 abril 2023.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/42244648/Thompson_ideologia_e_cultura_moderna.

WILKSON, A.; LISBOA, D. **Há 37 anos, torcidas rivais marchavam juntas contra ditadura e por diretas.** UOL, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/12/06/torcidas-organizadasestiveram-no-diretas-ja-com-batuque-faixa-e-camiseta.htm>.

WISNIK, J. M. **Veneno remédio: o futebol e o Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Disponível em: https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/08/wisnikveneno-remedio_a0.pdf.